REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

URBANIZAÇÃO NA BAHIA

ARTIGO

MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL

RURAL-URBAN MIGRATION IN THE CITIES OF THE SISAL ZONE

TAMIRES DA SILVA BRITO

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: tam.tammires10@gmail.com

ONILDO ARAUJO DA SILVA

Doutor em Geografia/USC. Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: araujo@uefs.br

RESUMO

A migração da zona rural para a zona urbana é um fenômeno corriqueiro nos municípios do Território do Sisal no Estado da Bahia-Brasil. Essa foi a constatação da investigação que realizamos nos municípios de Lamarão, Queimadas, Retirolândia, Teofilândia, Tucano e Valente. Também constatamos que houve a redução gradativa da população rural e que os principais motivos para a migração da zona rural para a zona urbana, apontados pelos residentes entrevistados, foram: acompanhar a família, busca de estudo para os filhos, busca de trabalho e de melhores condições de moradia.

Palavras-chave: Migração, Rural-Urbano, Território do Sisal.

ABSTRACT

The rural-urban migration is a commonplace phenomenon in the cities of the Sisal Zone in Bahia, county of Brazil. This was the finding of the research in towns such as Lamarão, Queimadas, Retirolândia, Teofilândia, Tucano and Valente. We also found that there was a gradual reduction of the rural population. Accordingly to the inhabitants who were interviewed, the main reasons for migration from rural to urban areas were: to accompanying their families, searching for better opportunities in the educational system for their children, to aiming for workplaces and better labour and housing conditions.

Keywords: Migration, Rural-Urban, Sisal Zone.

INTRODUÇÃO

A dinâmica e organização do espaço das cidades podem ser investigadas a partir de vários aspectos relevantes de forma que cada recorte, cada foco específico, pode trazer significativas contribuições para ampliarmos nosso conhecimento sobre o extremamente diverso mundo urbano brasileiro.

Olhar o espaço da cidade pequena, com foco nas relações entre o rural e o urbano, foi o objetivo principal da pesquisa que desenvolvemos para analisar a realidade das

cidades do Território do Sisal. Porém, o amplo objetivo abriu um significativo conjunto de aspectos a serem analisados, de forma que fomos particularizando esses aspectos mais relevantes à medida que a investigação se desenvolvia.

Entre estes aspectos, o tema da população, dos residentes urbanos – com foco em suas origens: onde nasceram e de onde vieram os não nascidos na cidade – fez ganhar corpo um estudo sobre a influência da migração para a organização espacial dessas cidades pequenas. O foco deste estudo foi a dinâmica populacional e a influência da migração



para (re) organização espacial na escala intra-municipal, ou seja, buscamos verificar como, quantos e quais os motivos dos residentes urbanos terem mudado da zona rural para a zona urbana.

Portanto, neste texto, apresentamos dados sobre esta migração, destacando os seus condicionantes relacionando com as características da atividade econômica predominante no território: o cultivo do sisal. Assim, iniciamos este estudo com uma breve caracterização do Território do Sisal; apresentamos, na sequência, uma síntese sobre o conceito de migração; e, finalmente, apresentamos os dados obtidos, com foco nos deslocamentos, nos períodos e nas motivações para as mudanças de local de residência.

A migração é uma realidade como um dos aspectos influentes no crescimento das cidades investigadas; e é significativo o percentual de pessoas que mudaram da zona rural, do próprio município, para a cidade sede, de tal forma que compreender a dinâmica desse processo – suas nuances fundamentais – é relevante para a compreensão do espaço urbano com foco na interface entre o rural e o urbano.

É importante salientar que apresentamos neste artigo dados primários coletados a partir de questionário, principal instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa. O questionário foi aplicado a 1565 residentes urbanos maiores de 18 anos, em seis cidades: Lamarão, Queimadas, Valente, Tucano, Retirolândia e Teofilândia. Com estes dados, foi possível traçar um perfil dos moradores das referidas cidades, coletar e organizar dados sobre a relação que eles possuem com a zona rural, sobre os principais problemas do centro urbano, as vantagens de viver numa cidade pequena, além de vários outros temas associados, como, por exemplo, o da migração, que é o foco deste texto.

CARACTERIZANDO O TERRITÓRIO DO SISAL

O Território do Sisal é formado por vinte municípios do Estado da Bahia, são eles: Araci, Barrocas, Biringiba, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Possui como base da economia o plantio e beneficiamento (que consiste, principalmente, na fabricação de fios, cordas e tapetes) da agave sisalana, planta xerófila muito bem adaptada às condições de semiaridez predominante nos municípios estudados.

De acordo com Santos e Silva (2017), podemos demarcar os seguintes períodos na dinâmica da cadeia produtiva do sisal: gênese da lavoura sisaleira; constituição do sistema produtivo do sisal; apogeu do ouro verde do sertão; a década perdida do sisal; e o período de reestruturação – cada fase com uma característica específica, a saber:

O período que denominamos de gênese da lavoura sisaleira vai do início do século XX até o início da década de 1940. Marcam esse período a chegada

à Bahia dos primeiros bulbilhos de sisal e a transformação do plantio de ornamental (cerca viva) em comercial para obtenção de fibra. [...] O período que denominamos constituição do sistema produtivo do sisal se estende do início da década de 1940 até o final da década de 1950. Marca esse período a consolidação das lavouras, a instalação de usinas de beneficiamento e o amplo incentivo ao plantio de sisal. [...] O período que denominamos de apogeu do ouro verde do sertão, as décadas de 1960 e 1970, se caracteriza pela ampliação do sistema montado para exportar sisal. [...] A década de 1980 é um período de forte crise, a década perdida do sisal, quando verificou-se queima de sisalais, ampla redução da produção e da produtividade e queda no preço da fibra no mercado internacional. [...] O debate sobre a crise, a partir da década de 1990, gerou uma ampla associação entre o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada para buscar soluções. De posse de um diagnóstico mais preciso, a partir da década de 1990, período de reestruturação, assistimos a uma ação conjunta de pequenos produtores de sisal e dos governos Estadual e Federal no sentido de buscar soluções para os problemas identificados e desenvolver alternativas (SANTOS e SILVA, 2017 p. 4-5-6-10-11).

Ou seja, essa dinâmica da cadeia produtiva do sisal é responsável pela ocupação da zona rural por proprietários de terra e trabalhadores que utilizavam os povoados próximos como base para operar a cadeia produtiva. Com o tempo, os povoados foram sendo emancipados e se transformam nas cidades pequenas que hoje compõem o Território do Sisal. Ratifica essa ideia os argumentos de Silva (2012), que defende que nesse território existe:

[...] Uma rede de pequenas cidades, um território marcado pela intensa contradição entre os capitalistas que exploram o sisal (agave sisalana) e os milhares de trabalhadores do campo e da cidade que ainda hoje trabalham em condições precárias; um amplo conjunto de fluxos entre esses pequenos núcleos urbanos e rurais e o porto de Salvador, capital do estado; a ampliação gradativa da articulação das comunidades em associações, sindicatos, confederações e partidos políticos. Eis o pano de fundo para a gestação de uma rede urbana umbilicalmente forjada com a consolidação da cadeia produtiva do sisal.

Nosso argumento central é que o surgimento de núcleos urbanos no território ora estudado esteve historicamente condicionado ao processo produtivo do sisal com suas nuances políticas, culturais e econômicas. Assim, demonstramos a relação existente entre os dois processos que caracterizam o atual Território de Identidade Sisal no estado da Bahia, Brasil: a consolidação de um espaço marcado pelo vínculo com a cadeia produtiva e o surgimento e consolidação de cidades pequenas. (SILVA, 2012, p. 215).

Podemos, então, argumentar que a dinâmica migratória existente no Território do Sisal não é algo novo justamente

porque está atrelada, em grande parte desde a década de 1940 a essa dinâmica da cadeia produtiva, que sempre exigiu certa mobilidade, dos trabalhadores e dos proprietários dos empreendimentos sisaleiros, da zona rural para a zona urbana. A própria estrutura criada para beneficiar o sisal, ao localizar as máquinas de desfibrar na zona rural – parte dos armazéns para as fibras nos povoados e as indústrias nas cidades – contribuem com uma mobilidade sazonal, num primeiro momento, que acaba se transformado, com o crescimento dos povoados e cidades, num processo definitivo de migração.

Nossos dados sobre a mobilidade dos atuais residentes nas cidades pequenas permitem ratificar a ideia de uma contínua migração da zona rural para a zona urbana o que contribui para o crescimento da cidade sem, no entanto, esvaziar de forma contundente a zona rural.

UMA BREVE NOTA SOBRE MIGRAÇÃO

A mobilidade é um processo fundamental na dinâmica espacial. Aliás, de acordo com Santos (1996, p. 262), “[...] a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes”. Dessa forma, a mobilidade é um fenômeno sobre o qual devemos prestar atenção em função de sua influência na gestação de diversos processos eminentemente geográficos, como as migrações, por exemplo. No entanto, de acordo com Goettert (2010, p. 15), “toda migração é também mobilidade, mas nem toda mobilidade é migração. A migração implica necessariamente a mobilidade espacial de pessoas de um para outro lugar” [...].

Portanto, podemos argumentar que o processo migratório existe e persiste no decorrer da história humana, tanto no Brasil quanto no mundo. Damiani (1996, p. 15) ratifica a ideia de que o processo migratório é característico da humanidade, argumentando que “as migrações aparecem como característica permanente da espécie humana”. Ou seja, é algo comum ao longo da nossa existência.

Muda-se daqui para lá, de lá para cá... é uma ação que impacta a vida de milhares de pessoas todos os anos. Elas mudam por motivos e motivações diversas, de forma que o movimento implica numa dinâmica que interfere na organização do espaço, tanto da zona rural quanto da zona urbana. Por essa perspectiva podemos então concordar com Goettert (2010, p. 15) quando argumenta que migrante é “[...] aquele que parte e aquele que chega, sendo, no movimento da migração e entre os lugares, o mesmo/outro, simultaneamente”.

Já com relação aos estudos sobre migração, Damiani (1996) destaca que envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a antiguidade até os nossos dias, pois “[...] o fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações” (DAMIANI, p. 61). Ainda

é importante destacar que, de acordo com Menezes (2012, p.37), “[...] estudar os espaços em uma perspectiva temporal permite compreender as transformações socioeconômicas e as dinâmicas migratórias”. Concordando com este último argumento, podemos afirmar também que a ordem inversa é possível, ou seja, estudar as migrações permite compreender aspectos relevantes das transformações espaciais e de suas dinâmicas atuais.

Na maior parte das vezes, sendo um fenômeno de ordem econômica, o processo migratório está muito atrelado a interesses capitalistas. Para Damiani (1996, p. 39), ele “tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação do capital”. Ainda segundo a autora, o processo de migração envolve interesses contraditórios, a saber:

[...] é possível grandes proprietários de terra, agentes do processo de expropriação, reagirem em determinado momento com o êxodo, diante da perda da mão-de-obra barata, ou até gratuita, de suas fazendas; e em outro momento, inversamente, diante da mobilização política dos trabalhadores, induzirem à migração (DAMIANI, 1996, p. 41).

Portanto, ainda acompanhando os argumentos de Damiani (1996), podemos enfatizar que o estudo da migração pode desencadear uma análise do processo de desenvolvimento, a partir da análise da degradação de determinadas estruturas de propriedade em vista do processo de acumulação do capital. Diante disso, a autora ainda defende que a migração é fruto do processo de reprodução da grande propriedade. Nesse sentido, a referida autora faz uma ressalva, destaca um fato importante nessa dinâmica populacional – a migração do tipo rural-urbano.

Esse tipo de migração constrói uma ideia, no migrante, de que na cidade ele poderá ter um emprego em condições que possibilite uma estabilidade para ele e sua família. No entanto, na maioria dos casos, isso não acontece. Ao contrário disso há um excesso de trabalhadores em relação à oferta de vagas; com isso, o trabalhador se incorpora em atividades desqualificadas e de baixa remuneração, passando a viver em bairros periféricos.

No caso do Território do Sisal, é nítido que a lavoura sisaleira tem forte influência nos processos migratórios, seja pelos seus ciclos de apogeu e pela crise, que influenciam sobremaneira o nível do emprego e o valor dos salários, seja pela capacidade de atrair novos empreendimentos para as cidades pequenas, como as indústrias diretamente ligadas a cadeia produtiva.

MIGRAÇÃO RURAL-URBANO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Nossa análise sobre a migração rural-urbano focou inicialmente uma série histórica de dados (Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010) que nos permitem perceber se

houve significativa alteração na quantidade de residentes na zona rural e na zona urbana dos municípios aqui elencados (Figura 1), pois isso apresenta um primeiro indicativo de mobilidade entre essas duas zonas.

Os dados demonstram que houve uma redução gradativa e linear da população rural nos municípios de Lamarão, Queimadas, Retirolândia e Tucano, entre os anos de 1991 e 2010. Já em Teofilândia e Valente ocorre, entre 1991 e 2000, uma redução da população rural, seguido de um acréscimo dessa mesma população rural entre 2000

e 2010. No entanto, esse acréscimo não tem significativo impacto, uma vez que o total de população residente rural em 2010 ficou abaixo do total registrado em 1991.

Interessante registrar que a serie demonstra que a população rural teve pequena redução, ou seja, não se verifica um esvaziamento da zona rural. Por exemplo, o município de maior variação (Tucano) teve a população rural reduzida de 36.487 habitantes, em 1991, para 30.460 em 2010; Já o de menor variação (Valente) teve uma redução de 11.392, em 1991, para 11.073 em 2010.

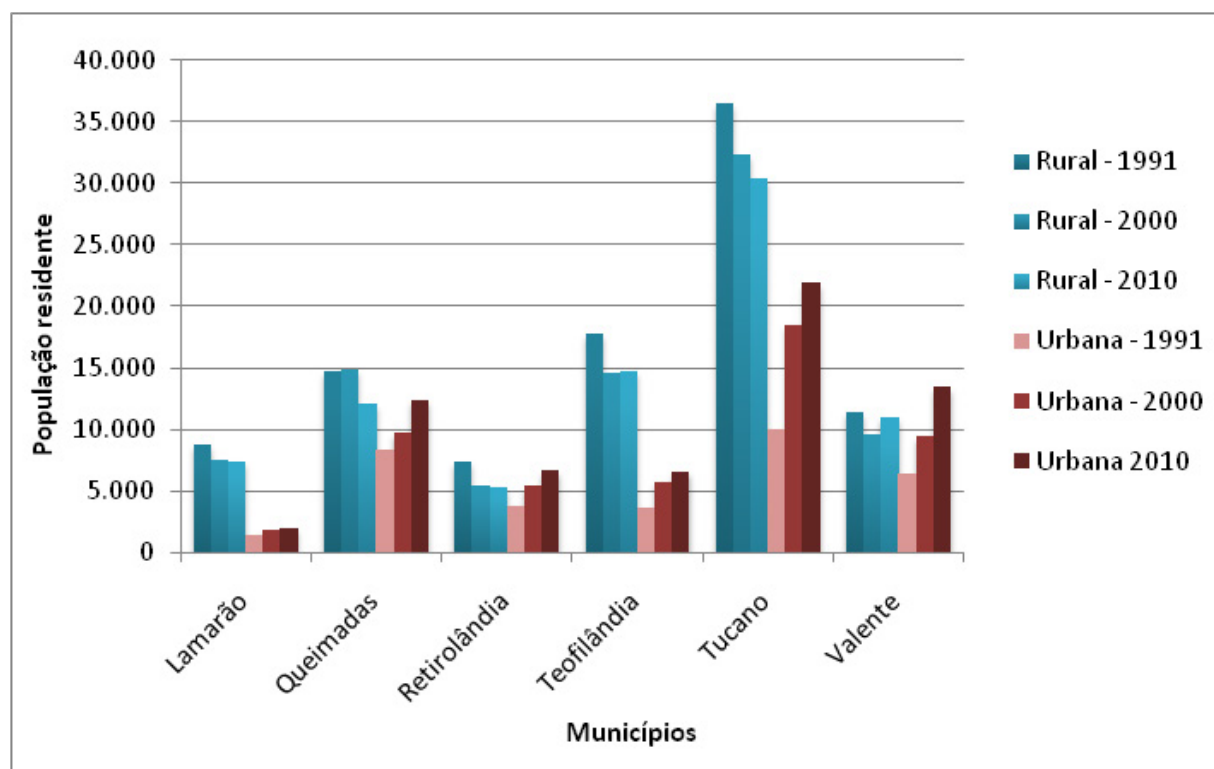


Figura 1. População residente urbana e rural (amostra) - Municípios do Território do Sisal – 1991-2010.

Fonte: BRASIL - IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Ao contrário da população rural, a população urbana tem acréscimo contínuo em todos os municípios, no período de 1991 a 2010, indicando que a cidade pequena cresceu. Argumentamos que entre os fatores deste crescimento está a migração de residentes da zona rural do próprio município.

Esses dados do IBGE são ratificados pelos nossos dados, colhidos em trabalho de campo, os quais evidenciam que 12 % (Figura 2) dos residentes entrevistados afirmaram ter nascido na zona rural do próprio município, tendo, portanto, migrado para a cidade. Assim, passamos a investigar esse processo de mobilidade intra-municipal, focando os residentes urbanos que migraram da zona rural.

Ainda no que se refere ao local de nascimento da população residente urbana, quando organizamos os dados por município (Figura 3), percebemos que é significativo o percentual de pessoas que nasceram na zona rural do próprio município: em Lamarão 16,7 %; em Retirolândia 14,4%; em Tucano 13,1%; em Teofilândia 9,5 %; em Valente 9,4% e em Queimadas 7,6%.

Foram justamente estas pessoas que nasceram na zona rural do próprio município que também indicaram o ano e as respectivas motivações da migração. Com relação ao ano de migração, verificamos que oito residentes migraram nas décadas de 1950 e de 1960, validando o argumento de que esse é um processo contínuo que pode ser facilmente associado à gênese da lavoura sisaleira, principalmente a partir do início da década de 1950. Ou seja, foi justamente nessas duas décadas (1950 e 1960) que a cadeia produtiva do sisal se consolidou e se modernizou, inclusive com a ampliação das plantações de sisal na zona rural e com a implantação de unidade de beneficiamento nos povoados que, em vários casos, se tornaram cidades também na década de 1960. Assim, vários trabalhadores migraram em busca de trabalho e de morar na cidade que já começava a oferecer escola, atendimento básico de saúde e melhores condições de moradia.

Também se verifica, com a análise do ano de migração, que os picos mais importantes de migrantes estão localizados nos anos de 1985, 1989 e 1990 e, depois, entre 1992 e 1994.

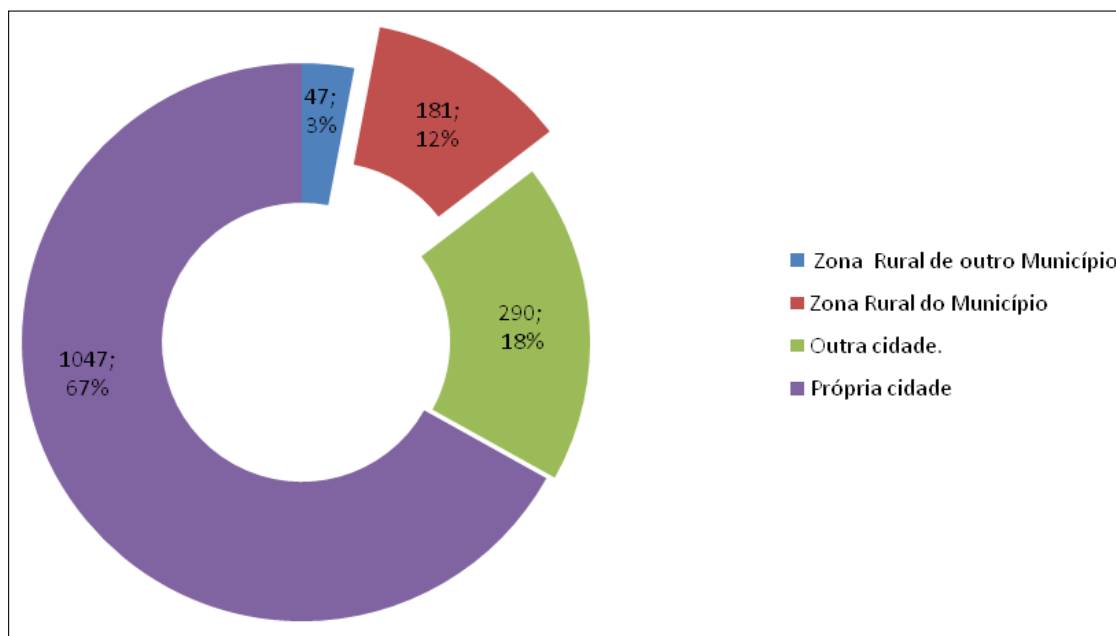


Figura 2. Local de nascimento da população residente (amostra). Municípios do Território do Sisal. 2017.
Fonte: Trabalho de Campo.

Se olharmos para a década de 1980 (26 residentes migraram em anos dessa década), ela se destaca como período de forte mobilidade. É justamente na década de 1980 que ocorre a crise da lavoura sisaleira, o que contribui sobremaneira para esse processo de mobilidade, impactando, inclusive, nos anos iniciais da década de 1990. Já a partir dos anos 2000, o que os dados indicam é um processo contínuo de mobilidade, sem grandes picos de variação.

O número de migrantes é também significativo nos anos de 1997, 1998, 2000 e 2001, e associamos essa ampliação no número total de migrantes à estiagem que aconteceu no Nordeste brasileiro entre 1997 e 1999. Isso porque a plantação de sisal depende das chuvas, ou seja, quando ocorrem estiagens prolongadas, as folhas da planta não podem ser cortadas e, em razão disto, os trabalhadores ficam sem serviço durante esses períodos de seca.

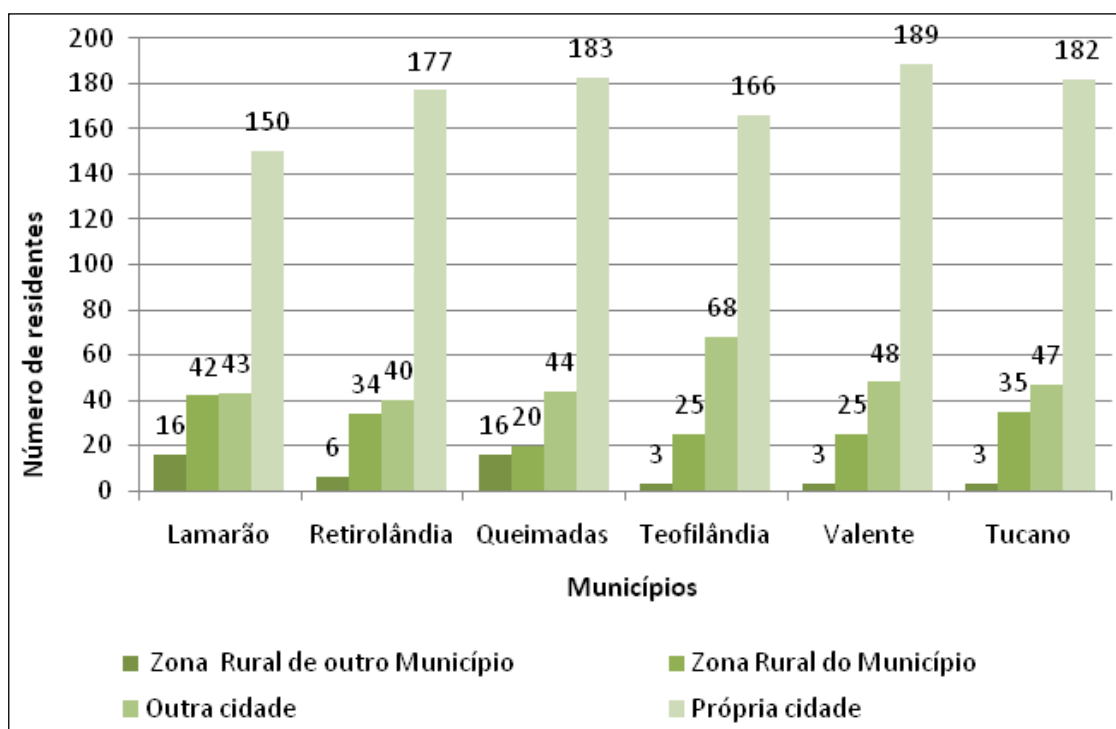


Figura 3. Local de nascimento da população residente por município (amostra). Municípios do Território do Sisal. 2017.
Fonte: Trabalho de Campo.

No entanto, logo após o período de chuvas, ocorre o retorno à zona rural para a retomada do trabalho na lavoura sisaleira. Ou seja, a estiagem colabora, mas apesar de provocar alguns deslocamentos, não é a responsável pela migração. O que se verifica é uma mudança sazonal, pois ocorre um retorno à zona rural quando o período de estiagem termina. O que provoca migração permanente são fatores de outra ordem como a manutenção do latifúndio e as desigualdades de oportunidades de trabalho, renda e vida digna.

Também perguntamos aos residentes urbanos sobre o motivo da migração da zona rural para a urbana (Figura 4); o principal motivo apontado foi acompanhar a família (40% dos residentes urbanos). Ou seja, verificamos que muitas famílias migraram para a cidade pequena principalmente em busca de estudo para os filhos, de trabalho, e de melhores condições de moradia. Esses residentes, em sua maioria, migraram ainda quando jovens e, em alguns casos, deixaram claro que a opção não foi sua, mas que veio “morar na cidade” por uma decisão do chefe de família.

O segundo motivo mais relevante foi a busca por trabalho (33% dos residentes questionados). Identificamos pessoas que trabalham no comércio local na função de vendedores, pessoas que trabalham em fábricas de cordas e fios e pessoas que trabalham no serviço público. Estes trabalhadores, hoje urbanos, migraram para a cidade em períodos de baixa oferta de emprego na zona rural, principalmente em função da sazonalidade da colheita do sisal. No entanto, nenhum residente questionado atribuiu sua migração as estiagens cíclicas típicas do clima semiárido predominante, o que solidifica nosso argumento sobre essas estiagens provocarem movimentos sazonais.

Outro motivo apontado foi a busca por moradia. Verificamos que é comum residentes da zona rural não possuírem casa própria ou mesmo morar em casas cedidas pelos proprietários de fazendas. Não tendo então a posse da terra, muitos trabalhadores vão optar pela construção da sua casa não na fazenda onde moram, mas na sede do município. Uma vez que essa moradia fica pronta, ocorre a migração.

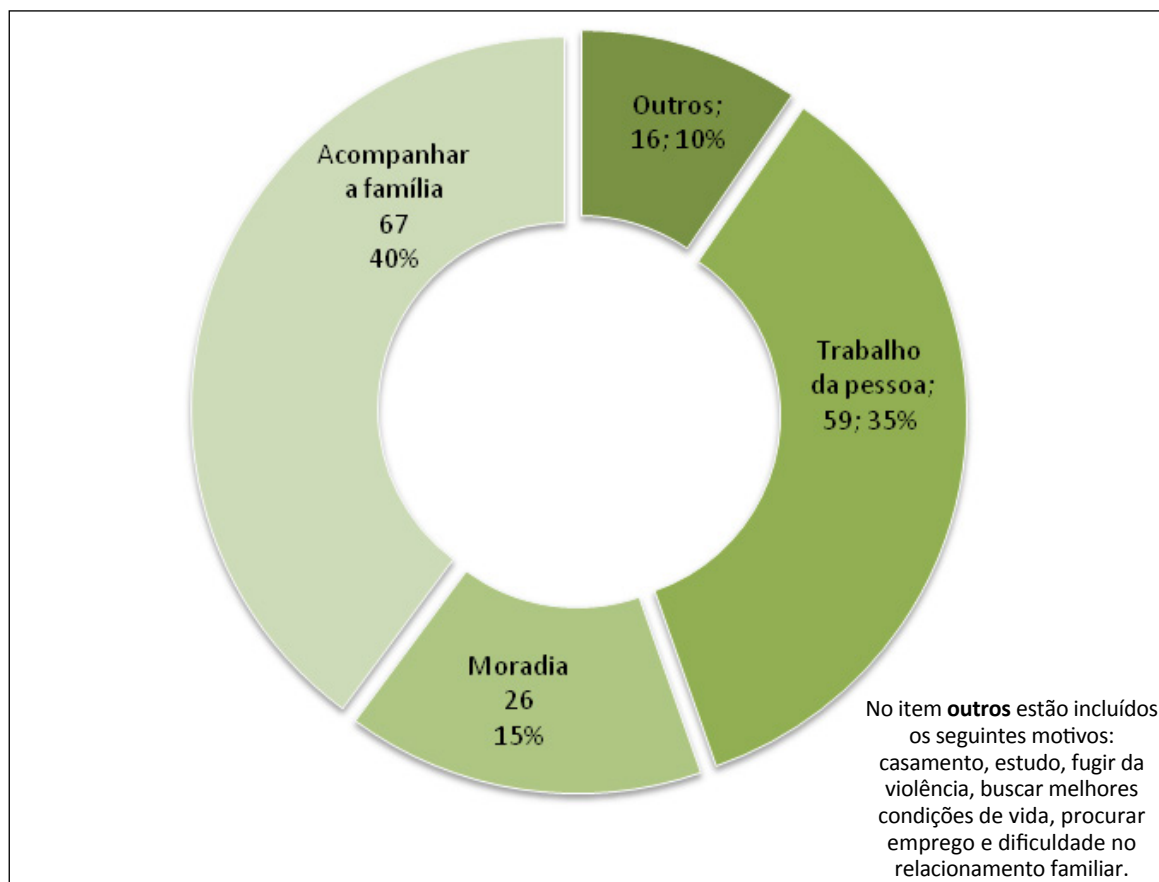


Figura 4. Motivo da migração da zona rural para a zona urbana (amostra). Municípios do Território do Sisal. 2017.
Fonte: Trabalho de Campo.

Também é comum que residentes da zona rural cadastrados nos programas de habitação popular, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, migrem para a cidade quando “ganham” a casa oferecida pelo governo. Assim, encontrar um lugar mais adequado para morar foi apontado por 15 % dos residentes como o motivo da sua migração da zona rural para a zona urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de migração da zona rural para a zona urbana, no Território do Sisal, é contínuo, sem grandes picos de variação. No entanto, não se verifica um esvaziamento da zona rural e nem mesmo um grande crescimento das sedes dos municípios que, com exceção de Serrinha e Conceição do Coité, são cidades pequenas.

Esse processo ocorre justamente porque a atividade econômica base dos municípios – o plantio e beneficiamento do sisal – é intensiva em mão de obra tanto na zona rural quanto na zona urbana. Associado a isso, o espaço rural tem se mostrado dinâmico ao longo dos anos, com a introdução de novas atividades como a ovinocaprino cultura nas pequenas propriedades e a manutenção da bovinocultura nos latifúndios, por exemplo, que são satisfatoriamente consorciadas com o plantio do sisal. Assim, mesmo tendo vivido uma crise nos anos de 1980, a atividade sisaleira, a ovinocaprino cultura e a pecuária bovina geram empregos, geram renda a pequenos proprietários, que não precisam deixar de viver na zona rural com suas famílias.

Associado a esse aspecto, verifica-se a gradativa ampliação da infraestrutura na zona rural, principalmente com os programas públicos de universalização do fornecimento de energia elétrica, ampliação do fornecimento de água encanada e manutenção regular de estradas, além da consolidação de povoados que oferecem o básico na área de comércio e serviços. Isso explica um não esvaziamento do rural.

Ao mesmo tempo, ocorre uma migração lenta para as cidades sede, principalmente por pessoas que buscam escola para seus filhos, trabalho e melhores moradias. É comum, inclusive, que pessoas com maior nível de renda migrem para uma boa residência na cidade, mas mantenham a “casa da roça” para uso nos fins de semana ou quando necessitam ir à propriedade rural. Além disso, é possível indicar uma relação entre essa migração e os períodos de desenvolvimento da cadeia produtiva da agave sisalana, uma vez que a atividade sisaleira já requer ampla articulação entre as áreas de plantio de sisal, os povoados, as vilas e as cidades pequenas.

Como destacamos, ratificamos que as pessoas migram em busca de trabalho, melhores condições de

vida ou mesmo por questões familiares cotidianas, como casamento ou necessidade de colocar filhos na escola. Está nítido que essa mobilidade faz parte do cotidiano e está ainda em processo. No entanto, é um processo lento e que se insere na interface rural-urbano típica do cotidiano das cidades pequenas do Território do Sisal.

REFERÊNCIAS

- DAMIANI, A. L. **População e geografia**. 2ª ed. São Paulo, 1996.
- GOETTERT, J. D. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Orgs). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico. 1991 – 2000 - 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 set. 2017.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. da C.; BAENINGER, R. (orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 4. ed. 308 p. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, E. M. C. ; SILVA, O. A. da. Sisal na Bahia – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16029, 1-13, 20 dezembro. 2017.
- SILVA, O. A da. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia: um olhar sobre o Território do sisal. In: DIAS, P. C., SANTOS, J. (orgs). **Cidades médias e pequenas: Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI 2012, 239 pag. il (série estudo e pesquisa 94).